



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Srs. Membros do Governo:

O desígnio da Sustentabilidade foi um dos compromissos de honra assumidos por este Governo Regional. A prossecução de uma política integrada de desenvolvimento sustentável, com vista à protecção e à gestão optimizada dos nossos recursos naturais traduziu-se na concretização de diversas medidas, integradas numa estratégia global que estamos progressivamente a implementar e que constitui já o garante da preservação do nosso rico património ambiental, cuja qualidade é reconhecida aquém e além fronteiras.

Porque reputamos esse desafio de fundamental importância para o nosso futuro colectivo, temos privilegiado, ao longo do nosso trabalho, a participação activa e o envolvimento de todas as partes interessadas ou com preocupações no âmbito do Ambiente – cidadãos, empresas, organizações não governamentais, associações profissionais e instituições de investigação.

Esta prática de diálogo – umas vezes mais profícuo, outras menos, mas sempre enriquecedor – com diversos intervenientes tem-nos mostrado que o esforço e o empenhamento que o Governo Regional tem colocado neste projecto é reconhecido pela generalidade da sociedade.

Continuamos com a mesma determinação e com ainda maior firmeza neste esforço de materialização de um conjunto de reformas sem precedentes que dão corpo a um Programa de Desenvolvimento Sustentável, que irá permitir a compatibilização dos imperativos da conservação ambiental com as necessidades de progresso da nossa Região e que irá consolidar a imagem dos Açores como um verdadeiro santuário da Natureza.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Srs. Membros do Governo:

O nosso reiterado empenhamento e o nosso esforço não são frutos de um inconsciente optimismo. Muito tem sido feito, mas temos a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

perfeita noção do muito mais que há a fazer, até porque, nestas questões do Ambiente, nem sempre a este amplo consenso social corresponde uma prática consequente por parte de todos os intervenientes.

Desde logo, assumimos como fundamentais os investimentos na protecção e na valorização dos nossos recursos hídricos e dos seus ecossistemas associados, no âmbito de uma estratégia de planeamento integrado.

A implementação progressiva do Plano Regional da Água, que corporiza um esforço de planeamento estratégico e de gestão integrada da água, e a operacionalização das medidas contempladas nos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Furnas e Sete Cidades, foram os dois principais eixos de actuação no âmbito dos Recursos Hídricos.

O reforço das acções de correcção e naturalização dos leitos e margens dos cursos de água foi um dos objectivos que delineámos, e as várias intervenções que temos efectuado a esse nível, em diversas ilhas, testemunham esse propósito. Na Ribeira Grande, no curso de água com o mesmo nome, nas Furnas, na Ribeira do Lameiro, nas Sete Cidades, na linha de água da mata das Criações, nas Lajes do Pico, Ribeira do Fundo, na Ribeirinha, no Faial, decorrem ou vão arrancar em poucos dias diversos investimentos, cuja soma ronda os 2,5 milhões de euros.

A estas obras de maior monta, juntam-se muitas outras, menos visíveis, de limpeza e manutenção de ribeiras, executadas por administração directa pelo Governo e que representaram um investimento na ordem dos 750 mil euros. Para além destes trabalhos, há a contabilizar ainda a colaboração com o poder local, através de protocolos com as juntas de freguesia, dotando-as de meios financeiros para esse efeito, num investimento anual de mais de 488 mil euros.

Estamos a implementar as medidas previstas nos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas das Furnas e das Sete Cidades. No caso das Furnas, estas acções começam já a dar os



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

seus primeiros frutos, como se comprova na assunção – baseada em dados e critérios científicos – que aquela massa de água mostra hoje os melhores índices de transparência da última década.

Num caso como noutro, estamos a dar passos concretos para a recuperação da qualidade daquelas massas de água de superfície, compatibilizando esse objectivo principal com os usos do solo e as actividades humanas, numa resposta sustentada e integrada a um dos problemas mais emblemáticos do Ambiente na Região. No âmbito da concretização das medidas apontadas nos respectivos planos de ordenamento das Bacias, foram já adjudicadas e estão em andamento as obras na vala das Sete Cidades, bem como a construção de bacias de retenção, a obra da mata das Criações, representando investimentos nessas duas lagoas da ilha de S. Miguel na ordem de um milhão e 839 mil euros.

Também aqui estamos a dar uma resposta eficaz e inovadora para um problema para o qual várias soluções haviam sido tentadas. Os modelos de intervenção que estamos a implementar nessas bacias hidrográficas corporizam uma reforma sem precedentes nos últimos vinte anos.

E foi precisamente para operacionalizar a execução desses planos e maximizar os benefícios da sua execução integrada e dinâmica que trouxemos recentemente a este plenário a proposta da criação da sociedade de gestão de capitais públicos a que demos o nome de Natureza Viva e que ficará responsável pela implementação, gestão e monitorização dos projectos, bem como pela captação dos necessários investimentos junto de programas de financiamento nacionais e comunitários. Esse era também uma das metas a que nos tínhamos proposto no início da legislatura.

No âmbito do Ordenamento Território, temos vindo a realizar diversos investimentos. Aprovados os Planos de Ordenamento de Orla Costeira das ilhas de S. Jorge, Terceira e S. Miguel – Costa Norte, estamos empenhados na sua efectiva implementação. Seguem-se os Planos de Ordenamento de Orla Costeira nas ilhas em falta e a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

conclusão da elaboração do Plano Regional do Ordenamento do Território.

No âmbito da biodiversidade e da conservação da natureza, no último ano demos passos concretos e seguros não só para a preservação dos nossos valores naturais, como para um mais aprofundado conhecimento científico sobre esse rico património. E porque temos colocado um grande empenhamento na definição e protecção das áreas protegidas da rede ecológica europeia, concluímos e apresentamos o Plano Sectorial para a gestão das áreas integrantes da Rede Natura 2000 na Região, um dos primeiros instrumentos deste tipo em toda a União Europeia.

Procedemos ainda à classificação e reclassificação de várias áreas como zonas protegidas, acautelando assim a manutenção das suas especificidades e dos seus valores naturais.

Ainda no âmbito da inventariação das espécies de fauna e flora foi recentemente publicada a Listagem da Fauna e Flora Terrestre dos Açores, onde foi inventariado e descrito pela primeira vez, de uma forma sistemática, cerca de 4000 espécies terrestres, constituindo uma ferramenta estruturante para o suporte das políticas de conservação da natureza e que permitirá o acesso fácil à informação sobre toda a biodiversidade terrestre dos Açores.

Estamos também a levar a cabo um conjunto de investimentos no âmbito da infra estruturação, requalificação e sinalização da Rede Regional de Áreas Protegidas. Nesse particular, merecem especial destaque os projectos dos centros de visitantes do Farol dos Capelinhos, do Monte da Guia, da Vinha do Pico, ou da Montanha do Pico, entre outros, e que já corresponderam à execução de aproximadamente 1.225.000 euros no ano de 2005.

De referir ainda, neste domínio, o arranque de novos projectos: o Centro de Interpretação Ambiental e Cultural do Corvo, a Reabilitação Paisagística das Furnas do Enxofre na Terceira e o Centro de Interpretação da Paisagem Protegida de Interesse Regional da Vinha do Pico, a que se somarão em 2006 idênticos centros para a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

Caldeira da Graciosa, Gruta do Carvão e Caldeira Velha em S. Miguel, com intenções de investimento já contempladas.

Esta requalificação e infraestruturização destas áreas naturais protegidas corresponde também ao nosso desejo e compromisso de dotar a Região de uma moderna e coesa rede regional de áreas protegidas, com legislação actual e órgãos de gestão mais consentâneos com os actuais desígnios de conservação da Natureza e da biodiversidade. Esta rede regional e a consequente adopção de critérios de gestão claros e rigorosos permitirá, para além da melhor protecção dos valores naturais nestes locais, uma identificação entre o quadro classificativo das áreas protegidas e os sistemas adoptados a nível internacional, nomeadamente pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), o que constituirá um importante passo para um cada vez maior reconhecimento internacional do património natural dos Açores e corporizará um novo quadro legislativo em matéria de áreas protegidas. No âmbito das acções de vigilância e fiscalização nestas áreas de intervenção da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, estamos a estudar a implementação de um novo regime contra-ordenacional para o Ambiente.

Não estamos desatentos aos problemas relacionados com a produção e o tratamento dos resíduos. A produção declarada de resíduos sólidos urbanos (RSU) no ano de 2004 atingiu cerca de 119 mil toneladas, a que corresponde uma capitação diária de 1,4 quilos por habitante, sendo mais de 50 por cento dos quais produzidos em S. Miguel e cerca de 20 por cento na ilha Terceira.

Relativamente aos Resíduos Industriais Banais e Perigosos, ainda se constata uma falta do cumprimento legal, por parte dos produtores deste tipo de resíduos, na entrega dos mapas de registo industriais. Não obstante, verifica-se que, em muitos dos casos, não é dado um destino final adequado a estes resíduos. É um problema, ainda que não assuma contornos preocupantes, ao qual não estamos desatentos. Terminada a fase de discussão pública, encontra-se em fase final de elaboração o Plano Estratégico de Resíduos Industriais e Especiais dos Açores, que irá permitir obviar os problemas atrás referidos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

Para completar o quadro acerca da produção e tratamentos de resíduos, faltará ainda acrescentar que no mesmo ano de 2004 exportámos cerca de 1700 toneladas de resíduos industriais e especiais para Portugal Continental, para tratamento e valorização. Neste tipo de resíduos incluem-se os óleos usados, sucata, equipamentos eléctricos e electrónicos, pneus usados e cerca de 2 300 toneladas de embalagens e resíduos de embalagens. A exportação destes resíduos representa um custo adicional que o Governo Regional dos Açores tem participado, por forma a reduzir o passivo ambiental nos vários concelhos da Região.

Não estamos, reafirmo, desatentos à problemática da gestão e do tratamento dos resíduos. Não podemos estar, se queremos continuar a ser uma Região reconhecida pela sua qualidade ambiental. Por isso, já concluímos o estudo preparatório do Sistema Integrado para a Gestão dos Resíduos dos Açores, que, partindo do diagnóstico de cada caso, aponta cenários para a gestão e tratamento dos resíduos concebidos tendo em conta as especificidades de cada ilha.

Sabemos bem a grandeza deste desafio da gestão dos resíduos na nossa Região e por isso o assumimos como um compromisso e um dos nossos maiores desígnios para esta legislatura. Sabemos bem da sua importância, não só para o desenvolvimento e para a imagem exterior da nossa terra, como para o próprio bem-estar e para a qualidade de vida dos cidadãos. **Assim também as outras entidades com responsabilidades na matéria entendessem a importância destas áreas básicas e estruturantes relacionadas com os resíduos e o saneamento básico e canalizassem para elas o que esbanjam em outros projectos de duvidosa qualidade e ainda mais questionável necessidade.**

(Aplausos das bancadas do Ps e do Governo)

A Oradora: Não é admissível que a maior autarquia da Região demore cinco anos para fazer um projecto de tratamento secundário de uma ETAR, manchando a boa imagem da nossa Região e causando



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

embaraços aos Açores nas instâncias judiciais europeias. Da nossa parte, o Governo Regional será intransigente com este tipo de situações que em nada abona a favor do nosso Arquipélago.

Ainda no âmbito da educação e da sensibilização ambiental, temos vindo a cumprir com o compromisso a que nos havíamos proposto, com a implementação progressiva de uma Rede Regional de Ecotecas, que este ano estendemos às ilhas de Santa Maria e do Faial. Em fase adiantada está também a recuperação do espaço onde será instalada a Ecoteca da Ilha Terceira.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Srs. Membros do Governo:

No próximo ano de 2006, o Governo Regional irá prosseguir com esta acção reformista que empreendemos durante estes primeiros meses da legislatura e que irá permitir, no fim de contas, a implementação de um modelo estratégico para o desenvolvimento sustentável da Região. A parte do Plano e Orçamento para 2006 reservada ao “Ordenamento do Território e Qualidade Ambiental” é constituída por seis principais projectos de intervenção, que caracterizam com pormenor as actividades que contamos levar a efeito no próximo ano.

No âmbito do Ordenamento do Território, destacamos os investimentos nas obras de protecção da orla costeira. Referência especial devem merecer também, pela sua inquestionável importância, a conclusão da elaboração do Plano de Ordenamento da Costa Sul de S. Miguel, a implementação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira de S. Jorge e da Terceira e a elaboração dos POOCs das restantes ilhas. Vamos também continuar a implementar as acções previstas nos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas. E poderão também encontrar já no Orçamento do próximo ano uma rubrica destinada aos incentivos para a redução do encabeçamento animal, no caso da Bacia das Sete Cidades.

No que concerne aos Recursos Hídricos, vamos continuar o trabalho que temos empreendido de reforço das medidas de protecção e utilização integradas dos recursos hídricos e dos seus sistemas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

associados. Mesmo que isso implique ter, por vezes, de vencer as muitas resistências da parte daqueles que deveriam ser os maiores interessados na efectiva realização deste tipo de obras que, para além de preservarem a riqueza dos nossos recursos, contribuem para a segurança e o bem-estar dos cidadãos.

Vamos continuar a implementar as medidas preconizadas no Plano Regional da Água, vamos proceder a um trabalho de definição dos perímetros de protecção às nascentes de água subterrânea da Terceira. Destaco ainda, de entre as várias acções, a continuação dos sempre necessários trabalhos de desobstrução, regularização e limpezas das ribeiras e as intervenções nas bacias hidrográficas das lagoas.

No capítulo relativo à Valorização da Qualidade Ambiental, merece um destaque especial o arranque da implementação do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos dos Açores. Um instrumento que reputamos de capital importância na medida em que permitirá otimizar a gestão integrada dos resíduos, valorizando-os como recurso e protegendo os ecossistemas e a saúde pública. A implementação deste Sistema, que irá também dar cumprimento aos quadros normativos comunitários e nacionais, permitirá dar uma resposta eficaz aos problemas dos lixos, minimizando os seus impactos ambientais, incentivando a prevenção e a minimização da produção de resíduos e gerindo as infraestruturas com o maior grau de protecção dos ecossistemas e da saúde pública. A implementação desse sistema permitirá ainda dar uma resposta inovadora aos normais problemas relacionados com a fragmentação territorial do Arquipélago, com soluções adequadas às necessidades de cada ilha.

O bom estado de conservação da nossa Natureza tem sido um dos traços distintivos das nossas ilhas e um dos mais vivos retratos que todos aqueles que nos visitam levam na memória. Temos sabido conservar as nossas áreas protegidas, protegendo-as na sua beleza e facilitando a sua compreensão a todos os que delas querem disfrutar. Temos vindo a efectuar diversos investimentos ao nível da recuperação ou construção de infra-estruturas que irão servir como centros de apoio à visitaçao e à gestão dessas áreas protegidas. É o



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

que vamos continuar a fazer nos Capelinhos, com a recuperação do mítico Farol e a instalação de um Centro de Interpretação da Natureza no local, uma grande obra que contamos concluir em 2007. É o que vamos continuar a fazer na Montanha do Pico, onde está a nascer, no sopé do ponto mais alto do País, uma Casa de Apoio, que irá permitir prestar apoio aos visitantes e disciplinar as subidas àquele Monumento Natural. É o que vamos fazer na Caldeira Velha, na ilha de S. Miguel, com uma segunda fase de trabalhos de requalificação daquele local. Para além destes investimentos, ainda no domínio da Conservação da Natureza, vamos continuar a implementar as medidas previstas no Plano Sectorial e nos planos de gestão das áreas da Rede Natura 2000.

No que concerne à Promoção Ambiental, iremos continuar o profícuo trabalho que temos desenvolvido através da nossa Rede Regional de Ecotecas e, no espírito da abertura e do diálogo que é nosso apanágio, continuar a colaboração que temos mantido com as Organizações Não Governamentais de Ambiente.

A responsabilidade partilhada entre a tutela e as ONGAs é uma das melhores formas de acautelar as nossas áreas protegidas. As parcerias estabelecidas visam a preservação ambiental e o correcto aproveitamento das áreas de lazer. Ao Governo Regional compete a fiscalização, o acompanhamento e o controlo destas áreas. Uma referência agora também para o apoio que temos vindo a dar à Universidade dos Açores, para o desenvolvimento dos vários projectos de investigação científica com interesse em matéria ambiental.

Ainda no capítulo da Promoção e Sensibilização Ambiental, vamos promover a organização de uma feira anual sobre Ambiente e Mar, que queremos realizar, consecutivamente, no Faial, S. Miguel e Terceira.

O plano de trabalhos consubstanciado neste Orçamento é, sabemo-lo bem, bastante ambicioso. Os números mostram-no e reflectem bem a aposta que o Governo Regional fez nesta legislatura em matéria de Ambiente. Move-nos a vontade de continuar a dar corpo a uma



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

política reformadora que teve a ousadia de buscar soluções inovadoras que vão contribuir para que os nossos filhos se orgulhem do rico património ambiental que soubemos preservar e para que os Açores consigam uma cada vez maior projecção em todo o Mundo como Região Amiga da Natureza.

Disse.

Secretária Regional do Ambiente e do Mar

Ana Paula Marques